

Precariedades na Educação Escolar em Reassentamentos de Hidrelétricas na Amazônia

Precautions in School Education in Hydroelectric Plants Resettlements in the Amazon

Jeferson Cardoso da SILVA¹
Artur de Souza MORET²

Resumo

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar quais as consequências da precariedade ou inexistência da educação escolar nos sete (07) reassentamentos criados para alocar os deslocados da implantação das Hidrelétricas no Rio Madeira, em Porto Velho/RO. Foram entrevistados noventa e três (93) indivíduos desses reassentamentos através de um questionário semiaberto, com análise quantitativa e qualitativa. Os resultados indicam não haver diferença significativa que aponte melhorias na educação escolar e, as consequências da precariedade ou inexistência da educação escolar produziu risco e vulnerabilidade que se traduzem na atual condição de não reconfiguração socioterritorial dos reassentamentos.

Palavras-chave: Educação Escolar. Deslocamentos Compulsórios. Risco e Vulnerabilidade.

Abstract

The general objective of this research was to investigate the consequences of precariousness or lack of school education in the seven (07) resettlements created to allocate the displaced people from the implementation of hydroelectric plants on the Madeira River, in Porto Velho/RO. They were interviewed ninety-three (93) individuals from these resettlements through a semi-open questionnaire, with quantitative and qualitative analysis. The results indicate no there is a significant difference that points to improvements in school education and the consequences of precariousness or lack of school education produced risk and vulnerability that translate into the current condition of no socio-territorial reconfiguration of resettlement.

Keywords: School Education. Compulsory Displacements. Risk and Vulnerability.

1 Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Diretor-Geral do campus Porto Velho Zona Norte do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). Membro do Grupo de Pesquisa Energia Renovável Sustentável (GPERS/UNIR). Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação a Distância (GEPED). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5519783960977817>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0597-144X>. E-mail: jeferson.cardoso@ifro.edu.br

2 Doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Coordenador do Grupo de Pesquisa Energia Renovável Sustentável- GPERS/UNIR. Assessor Especial no Ministério da Saúde. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3244883861388189>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7371-5486> . E-mail: amoret@unir.br

1 Introdução

Os impactos, ou interferências, produzidos nos reassentamentos, em decorrência da implantação das Usinas Hidrelétricas – UHEs no Rio Madeira, ocorrem em elementos formadores do território, por essa razão escolheu-se abordar a Educação, primeiramente porque é um direito humano fundamental e interfere na dinâmica da sociedade e do indivíduo. Segundo, por representar uma questão objetiva do Território produzindo resultados mensuráveis (como o índice de desenvolvimento humano - IDH) e outros subjetivos (Santos, 1999; Escobar, 2014).

Em consonância com Fearnside (2004), desde o fim dos anos 1980 a Eletrobrás já planejava construir 79 barragens para a Região Amazônica, mesmo que a Sociedade Civil organizada, tais como o Movimento dos Atingidos por Barragens - e grupos de intelectuais e de especialistas tenham envidado esforços para a divulgação de estudos, de críticas e dos impactos sociais e ambientais; alguns destes 79 empreendimentos planejados já estão em operação: Balbina – AM; Santo Antônio do Jari e Ferreira Gomes – AP; Tucuruí, Curuá-Una, Teles Pires e Belo Monte – PA; Lajeado, Peixe Angical, São Salvador, Estreito – TO; Samuel, Santo Antônio e Jirau – RO, entretanto entraram na ordem do dia Cachoeira Ribeirão (no Rio Madeira e bi-nacional) e Tabajara (Rio Machado) em Rondônia. Sevá Filho (2005), asseverou naquele momento, que desde o final dos anos 1970 o Consórcio Nacional de Engenheiros e Construtores – CNEC calculou a potência de 22 GW para o aproveitamento hidráulico de rios amazônicos e que foi a referência para a instalação de UHEs.

Os impactos negativos gerados pela implantação de UHEs são conteúdos estudados há décadas, dos quais se destacam os estudos de Fearnside (1995, 2004, 2015, 2018), Bermann (2002, 2007); Moret e Silva (2010); Moret *et al.*, (2021). A Educação Escolar, que é uma amostra dos impactos sociais de UHEs, vai ser tratada neste texto porque o impacto negativo é intenso e representa uma lacuna no planejamento e na execução de reassentamentos de Hidrelétricas. Destaca-se no Estado da Arte o número reduzido de estudos que se debruçam acerca da temática que envolve Educação Escolar, Deslocamentos Compulsórios e Risco e Vulnerabilidade nos últimos 20 anos. Desta forma, o delineamento da pergunta de pesquisa que se constrói a partir da precariedade na Educação

Ecolar nos reassentamentos é: Há melhorias significativas na Educação Escolar, sobretudo interferências positivas nos estudantes, nos reassentamentos criados pelo barramento do Rio Madeira para construção da UHE Santo Antônio?

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar quais as consequências da precariedade ou inexistência da educação escolar nos sete (07) reassentamentos criados para alojar os deslocados da implantação das UHE Santo Antônio, em Porto Velho/RO. O procedimento da pesquisa inclui a abordagem qualitativa e quantitativa, com aplicação de questionário semiaberto. A área geográfica da pesquisa se constituiu nos sete (07) reassentamentos, a saber: Novo Engenho Velho, Riacho Azul e São Domingos (margem esquerda do Rio Madeira), Nova Vila de Teotônio, Parque dos Buritis, Santa Rita e Morrinhos (margem direita). Esta pesquisa trata-se de parte de Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e, teve autorização do Comitê de Ética com número de Parecer 2.444.814.

2 Fundamentação Teórica do Estudo

Segundo Marta (2018, p. 19) “o topônimo Rondônia surgiu em dezembro de 1915 quando o etnólogo Roquette Pinto, impressionado com a Comissão Rondon, pronunciou o nome ‘Terras de Rondônia’, na série de palestras que fez no auditório do Museu Nacional [...]”, indicando correlação com Cândido Rondon que adentrou as terras para implantar a linha telegráfica na região ainda isolada, implantando conectividade à época, mas deixando um rastro de violações de Direitos Humanos, principalmente nas populações indígenas, como destacado por Lenharo (1986) tratando do território de Rondônia afirma que a conquista da região produziu abusos e desrespeito aos direitos humanos, principalmente dos trabalhadores rurais pertencentes a assentamentos criados e dos povos indígenas.

Rondônia foi constituída por períodos de pujança econômica, ocupação e queda da importância do Território até que surgisse o próximo evento. Foram inúmeros ciclos, sinteticamente apresenta-se: a Construção

da Estrada de Ferro - (Souza, 2011, p. 11), Borracha para a primeira e segunda guerras mundiais, migração (1970-80), minerais (ouro e cassiterita), madeira, hidrelétricas, gado e soja já no século XXI.

Rondônia foi e é tratado pela elite econômica nacional como um território a ser dominado e transformado, tendo como referência um espaço vazio populacional com floresta e com poucos ocupantes (indígenas), que viabilizou uma narrativa de dominar território com derrubada crescente de florestas, extinção de áreas indígenas, com implantação de atividades econômicas e mineração. Segundo Lefebvre (2000), o espaço passivo tem função primordial a troca, a exploração ou simplesmente ser consumido e desaparecer. Entretanto, para Janczura (2012), as comunidades que percebem esta intervenção estão em condição de risco e vulnerabilidade sociais, econômicas, educacionais, culturais.

Dentre tantas ações que o poder público pode interferir positivamente na sociedade, este texto se baseia na Educação como um vetor de interferência [na sociedade] desde a tenra idade e pode produzir superação de vulnerabilidades. A Educação Escolar se constitui num agente capaz de atuar positivamente e corrigir distorções num ponto sensível que é a formação cidadã, porque o indivíduo menos escolarizado (do ponto de vista da educação formal) torna-se marginalizado pela sociedade. Sachs (2008, p. 82): a “educação é condição necessária, mas não suficiente, [...] deve vir junto com um pacote de políticas de desenvolvimento [...]”. Saviani (1981, 2008) indica que a escola surge como um remédio contra a ignorância, contudo, desde o princípio a escola não esteve acessível a todos em idade escolar, ou seja, as pessoas já estavam marginalizadas dela.

O tema sobre a relevância do papel da educação escolar em projetos de compensação social de comunidades atingidas por construções de UHEs ainda é pouco discutido, tanto que a Educação Escolar é relegada a segundo plano, mesmo que a educação ambiental tenha sido regulamentada pelo IBAMA em 2012. Desta forma, nesta pesquisa apresenta-se uma perspectiva de educação escolar que contemple a realidade da comunidade deslocada, sendo assegurada a participação da comunidade no planejamento do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, e não nos moldes tradicionais com foco para a zona urbana.

As comunidades que surgem nos reassentamentos são movidas, segundo Durkheim (1994), pelo perfil de solidariedade mecânica, com relacionamentos baseados em crenças e sentimentos comuns, com fraco

processo de individuação e, relacionamentos diretamente uns com os outros sem intermediação, com forte conhecimento da constituição do Território, tais como floresta, várzea, vazante e cheia do Rio, fazes da lua. Para Mauss (1974, p. 237) “[...] é a forma que elas assumem ao estabelecerem-se no solo, o volume e a densidade da população, a maneira como esta se distribui, bem como o conjunto de coisas em que se assenta a vida coletiva”.

Esses empreendimentos impõem às populações dificuldades multicausais (socioeconômicas, educacionais, jurídicas, políticas, ambientais) instituindo “risco” e “vulnerabilidade”, que no entender de Abramovay (2002, p. 13) é “[...] o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade”. Para Schumann (2014, p. 9), a educação é uma variável do componente cultural, portanto, definidor do acesso da população à qualidade de vida da cidade, que quando não está presente produz Risco e Vulnerabilidade.

Ao se referir aos riscos dos deslocamentos compulsórios Cernea (2007), aponta que a vulnerabilidade infligida em razão da introdução da indústria de energia são originados pelo remanejamento forçado (risco de empobrecimento), aumento acelerado da população no entorno da obra (impactos sociais negativos na saúde, segurança, educação, nutrição, moradia), alterações impróprias a jusante da barragem (na produção agrícola, no patrimônio cultural, no conhecimento do rio e pelas novas relações com o território). Da mesma forma, Rolnik (2015, p. 149) aponta que “as remoções forçadas de populações produzem impactos negativos e aprofunda a pobreza e destroem comunidades, deixando milhões de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade”.

3 Procedimentos Metodológicos

O presente estudo utilizou os métodos quantitativo (através de software estatístico SPSS para realização de testes de hipóteses estatísticas) e qualitativo por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 1979) de modo que em parte das análises houve o tratamento de dados com o auxílio da

ferramenta estatística e outra parte abrangendo questões com teor de realidade não quantificável. Segue-se o entendimento de Goode e Hatt (1973) na medida em que, considera-se o quantitativo e qualitativo não como opostos, pelo contrário, mas atuando em complementariedade.

Foram construídas tabelas cruzadas com o objetivo de analisar quais as correspondências existentes entre a educação escolar nas antigas comunidades com a educação escolar no reassentamento, entendendo que, a ausência desse componente gera risco e vulnerabilidade para a comunidade. Essas tabelas cruzadas foram produzidas por meio do programa IBM SPSS Statistics versão 20³, que permitiu analisar em que condições a educação escolar era desenvolvida nas antigas comunidades e como são os processos de aprendizagem empregados atualmente nos reassentamentos. Utilizou-se o teste de Wilcoxon que é provavelmente a prova não-paramétrica de contraste de médias com dados relacionados de maior utilidade em pesquisa educativa, usado como alternativa ao teste t-Student para amostras emparelhadas quando os pressupostos são cumpridos (Marôco, 2018).

As percepções subjetivas dos entrevistados tiveram como referência: os anseios dos entrevistados(as) por educação escolar nos reassentamentos, as narrativas acerca do transporte escolar, a importância da escola para o fortalecimento da comunidade, as histórias de evolução dos filhos/filhas por meio da escola, como era e como está o ambiente escolar, são alguns aspectos analisados para compreender em que medida a falta de acesso à educação escolar nos reassentamentos são responsáveis por recompor o novo território ou a negá-lo.

Os dados qualitativos foram resultados da aplicação da análise de conteúdo da Bardin (1979) relacionando a situação atual e a educação escolar, como elemento norteador risco e vulnerabilidade, produzindo variáveis: a falta de acesso à escola, poucas condições de recursos humanos e materiais nas escolas, calendário letivo inapropriado, ausência da escola nos reassentamentos, falta de oferta de cursos que atendam às necessidades atuais nos reassentamentos.

³ SPSS é um software aplicativo do tipo científico. Originalmente o nome era acrônimo de Statistical Package for the Social Sciences - pacote estatístico para as ciências sociais, mas na atualidade a parte SPSS do nome completo do software não tem significado (Wikipedia, 2019).

3.1 Territórios Estudados

Os reassentamentos criados para esvaziar ou limpar o espaço para viabilizar a construção da UHE Santo Antônio, deslocaram compulsoriamente cerca de 548 famílias, em virtude do alagamento de 350 km², este deslocamento forçado impactou várias comunidades ribeirinhas e tradicionais como Porto Seguro, Trata Sério, Ramal São Domingos e Jatuarana. A dinâmica do reassentamento agrupou comunidades que passaram a formar uma só comunidade, outras permaneceram com a mesma configuração, indicando que houve pouco esforço para conceber o novo território sem produzir danos extremos aos deslocados, mesmo que a legislação destaque que as condições posteriores sejam no mínimo iguais a anterior, é uma garantia de minimização de danos que estão como pilares das Resoluções Conama 001/86 e 237/97.

O reassentamento Novo Engenho Velho está situado na margem esquerda do reservatório e do rio Madeira, em frente à cidade de Porto Velho. No total dispõe de 42 lotes que receberam as 40 famílias que moravam anteriormente no território onde hoje estão localizados a barragem e o lago. De acordo com a Santo Antônio Energia - SAE (2010, p. 33) “as casas são de alvenaria, com água tratada, rede de esgoto e quintal para produção de alimentos, frutas e criações com área de 2 mil m². [...] 22 lotes de produção individuais e 01 comunitário [...] igrejas, posto de saúde, centro comunitário, área de lazer e escola”.

O reassentamento Riacho Azul fica na zona rural também localizado na margem esquerda do reservatório e do rio Madeira com 42 lotes, entretanto apenas 38 foram ocupadas com famílias deslocadas das margens do rio. Fica a cerca de 20 km de distância de Porto Velho. Segundo a SAE (2010, p. 34) “possui lotes individuais destinados à produção agrícola e a criações animais. Se destaca pela cultura de mandioca para a produção de farinha, considerada uma das melhores da região”.

O reassentamento São Domingos também fica na zona rural da cidade, a aproximadamente 22 km do centro, localizado à margem esquerda do reservatório. Conta com 34 lotes, dos quais apenas 17 foram ocupadas por famílias deslocadas compulsoriamente. De acordo com a SAE (2010, p. 35) “as famílias dedicam-se a atividades rurais. Além da infraestrutura básica comum a todos os núcleos, possui lotes individuais

para cada família cuidar de sua própria produção agrícola”.

O reassentamento Nova Vila de Teotônio removeu a mais antiga ocupação entre todas as afetadas pela UHE Santo Antônio. Sua ocupação é datada do ano 1723 ocasião em que a expedição do capitão Francisco de Mello Palheta veio informar o domínio português na região (Marta, 2018). A Nova Vila de Teotônio fica a cerca de 27 km da cidade, conta com 72 quintais de 2 mil m², onde atualmente sobrevivem (visto que o principal recurso do local era a pesca) as famílias removidas compulsoriamente. Segundo a SAE (2010, p. 38) “[...] foram construídas estruturas para aproveitamento turístico, tais como: praia artificial, píer, atracadouro, trilha ecológica, centro comercial, quiosques, associação de pescadores, escola, 2 igrejas, postos de saúde e centro comunitário, sede da associação de moradores e da colônia de pescadores”.

O reassentamento Santa Rita está situado na margem direita do reservatório, distante 54 km de Porto Velho. Sua ocupação advém de moradores do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária denominado Joana D’arc, ou seja, são pessoas sendo novamente deslocadas. De acordo com a SAE (2010, p. 36) este reassentamento foi “implantado em uma antiga fazenda, [...] o núcleo fica próximo à rodovia BR-364, o que facilita o escoamento da produção agrícola para o mercado consumidor. [...] composto por 153 lotes rurais e área coletiva, com escola, posto de saúde e centro comunitário [...]”.

O reassentamento Morrinhos também fica localizado na margem direita do rio Madeira, próximo ao reassentamento Santa Rita, desta maneira, os lotes de terra seguem o mesmo padrão. Ao todo são 51 lotes, dos quais 49 foram ocupados por famílias deslocadas. De acordo com a SAE (2010, p. 37) “[...] abriga antigos moradores das proximidades da cachoeira de Morrinhos. A atividade econômica de seus habitantes é a agricultura e a criação de pequenos animais. Do ponto de vista das atividades econômicas, se destaca pela produção de farinha de mandioca”.

O reassentamento Parque dos Buritis está localizado na margem direita do rio Madeira, no distrito de Jaci Paraná, cerca de 90 km de Porto Velho. Segundo a SAE (2010, p. 39) ao todo são “[...] 176 lotes, é um núcleo urbano que possui toda infraestrutura de um condomínio residencial: água tratada, rede de esgoto, asfalto, iluminação pública, calçamento, área de lazer e igreja, entre outros. As casas de alvenaria possuem entre 70 m² e 100 m² de área construída”.

4 Resultados e Discussões

As respostas produziram indicadores de análise, construindo um comparativo entre as condições das escolas nas antigas comunidades e aquelas dos reassentamentos. Ao comparar os resultados, das antigas escolas com as novas utilizando o Teste T para amostras pareadas, pode-se afirmar com 95% de nível de confiança que não existe diferença significativa entre as variáveis apresentadas no Quadro 1 abaixo, das escolas antigas com as novas.

As variáveis mostraram questões importantes que serão indicadas para demonstrar a influência no Território:

Não ter escola no reassentamento São Domingos (SDO);

Em Morrinhos (MOR) apesar de ter uma escola está fechada por decisão alheia a vontade da comunidade [que já manifestaram a vontade de que a escola volte a funcionar];

no reassentamento Parque dos Buritis (PBU) as escolas são as mesmas, foram apenas reformadas;

a ausência do transporte escolar no período da pesquisa (março de 2018) que é a estação chuvosa da região em que o principal acesso a comunidade fica alagado impossibilitando a chegada do precário serviço de transporte escolar para os estudantes;

os estudantes destas áreas ficam sem aula, mesmo que o ano letivo siga o mesmo calendário das escolas urbanas, não tem atividades para estes alunos até que seja possível fazer o transporte escolar [gerando prejuízo no aprendizado].

Quadro 1: Quadro síntese das informações das escolas Antiga X Nova.

Questionamento	Antiga	Nova
Quantidade de Professores	Até 10 professores	Até 10 professores
Qualidade dos Professores	Bom	Bom
Tinha Supervisão Pedagógica	Sim	Sim
Qualidade da Supervisão Pedagógica	Não sei	Não sei
Tinha/Tem Transporte Escolar	Sim	Sim
Qualidade do Transporte Escolar	Não sei	Ruim

Escola tinha/tem Merenda	Sim	Sim
Qualidade da Merenda	Bom	Bom
Tinha/tem quantidade suficiente de carteiras	Sim	Sim
Qualidade das carteiras	Bom	Bom
Recursos Didáticos	Só Livros	Todos
Qualidade dos Recursos Didáticos	Bom	Não sei
Tinha/tem Esporte, Lazer e Biblioteca	Só Esporte	Todos
Tinha/tem Banheiro, Água e Ventilador	Todos	Todos
Qualidade da Estrutura Física da Escola	Bom	Bom

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Observa-se que nas antigas comunidades 70,9% dos entrevistados afirmaram que os estudantes precisavam vir até Porto Velho para estudar e nos reassentamentos esse percentual sobe para 75,2%. De acordo com o Teste T para amostra em pares, este resultado não tem significância com intervalo de confiança a 95%.

Atualmente, mesmo com escolas em 5 dos 7 reassentamentos, destaca-se que há atrasos no início do ano letivo, a falta de assiduidade dos professores em função da condição das estradas, a diminuição da renda familiar. Por consequência destas descobertas, há aumento da procura de escolas fora dos reassentamentos, na cidade de Porto Velho e no Distrito mais próximo [Jaci-Paraná].

Quadro 2: Comparativo acerca da necessidade de vir para Porto Velho estudar.

VARIÁVEIS	ANTIGA COMUNIDADE			NOVA COMUNIDADE		
	Sim, alguns	Não, nenhum	Não sei	Sim, alguns	Não, nenhum	Não sei
NEV	10	3	-	13	-	-
RAZ	6	3	-	9	-	-
SDO	7	4	1	8	-	4
NVT	14	-	-	14	-	-
PBU	7	6	3	6	10	-
SRI	13	3	-	11	5	-

MOR	9	1	3	9	4	-
Total	66	20	7	70	19	4

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Legenda: NEV (Nova Engenho Velho); RAZ (Riacho Azul); SDO (São Domingos); NVT (Nova Vila de Teotônio); PBU (Parque dos Buritis); SRI (Santa Rita); MOR (Morrinhos).

Destacam-se, do que foi absorvido pelas narrativas dos entrevistados de NEV (1, 2, 3, 4 e 10) como fatores primordiais da importância da antiga escola para a comunidade: a aprendizagem, a leitura, a escrita, a formação, a educação e o desenvolvimento das crianças. Outros elementos considerados fundamentais estão realçados nos discursos dos entrevistados 5, 6, 7, 8 e 9, de tal modo que apontam: a proximidade da escola de suas casas, a qualidade da educação e do atendimento prestado, e a luta pela presença da escola e dos professores na comunidade.

Tabela 1: Comparativo das respostas do relacionamento da comunidade em geral com a escola

(continua)

VARIÁVEIS		ASSENTAMENTOS							Total
		NEV	RAZ	SDO	NVT	PBU	SRI	MOR	
ANTIGA	Ótimo	1	1	5	-	-	-	-	7
	Bom	10	8	4	11	5	12	6	56
	Razoável	1	-	-	2	7	2	1	13
	Ruim	1	-	-	-	3	-	-	4
	Não sei	-	-	3	1	1	2	6	13

Tabela 1 - Comparativo das respostas do relacionamento da comunidade em geral com a escola

(conclusão)

VARIÁVEIS		ASSENTAMENTOS							Total
		NEV	RAZ	SDO	NVT	PBU	SRI	MOR	
NOVA	Ótimo	2	-	-	-	-	-	-	2
	Bom	9	6	-	5	9	7	1	37
	Razoável	2	3	1	6	3	5	2	22
	Ruim	-	-	1	3	-	-	-	4
	Não sei	-	-	10	-	4	4	10	28

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Percebe-se nas justificativas dos entrevistados de RAZ (1, 2, 5 e 6) que um ponto forte da antiga escola para o aprendizado, era principalmente a leitura e escrita. Para os entrevistados 3 e 4 o fato decisivo para o papel da escola ser importante era sua proximidade de casa. Sobressai-se, outra vez, sob a perspectiva dos entrevistados uma análise bem sutil do papel da escola, ou de acordo com Saviani (1981; 2008) um remédio contra a ignorância.

Evidencia-se no argumento dos entrevistados de SDO (1 e 4) a respeito da antiga escola, a ênfase nos aspectos da alfabetização, educação e desenvolvimento do aprendizado formal por meio da escola. Para os entrevistados 2 e 3 era importante a escola na comunidade pela proximidade e benefícios por ser na própria localidade.

Percebe-se ao analisar o discurso dos entrevistados 1 e 5 de PBU, uma preocupação de enviar os filhos para fora da comunidade, porque estas são urbanas, a violência, e outros perigos como o uso das drogas e o ingresso no mundo do crime. Cabe destacar também, a importância que davam a escola ser próxima de suas residências e o papel da educação escolar para a formação das crianças. Como já vimos aqui nesta pesquisa, este reassentamento é o único urbano, naturalmente as inquietações diferem um pouco dos demais em função disto, contudo, a importância se assemelha dando ênfase na aprendizagem dos estudantes.

Encontra-se nas falas dos entrevistados 1, 3 e 4 de SRI a respeito da antiga escola, um destaque para a educação formal, da importância desta enquanto instituição social de base na formação do cidadão. Salienta-se, por sua vez, nos discursos dos entrevistados 2, 5 e 6 a frequência com que estudavam e necessidade de se estudar, pois atualmente as crianças deste assentamento são encaminhadas para o Distrito de Jaci Paraná se quiserem concluir o Ensino Médio.

Observa-se nas alegações do entrevistado 1 de MOR, a menção ao pressuposto de que a antiga escola ensinava a ler e escrever. Os entrevistados 2 e 3 reforçando que era importante ter escola na comunidade e, o entrevistado 4 dizendo que por meio dela a comunidade se unia.

Quadro 3: Quadro comparativo da importância da antiga e da nova escola.

(continua)

VARIÁVEIS		ANTIGA	NOVA
NEV	1	Porque ensinaram as crianças a ler e escrever.	Porque sem escola não tem aprendizagem
	2	Aprendizagem das crianças.	Porque é próximo da residência
	3	Ler e escrever	Para as crianças ler e escrever
	4	Para o desenvolvimento das crianças.	Tem muitas crianças que precisam estudar
	5	Naquele tempo nas escolas estudar era bom	Cada ano surgem mais crianças e não tem como mandar para Porto Velho
	6	Perto de casa	Falta uma creche
	7	Lutavam por professores para a escola	O ensino é fundamental para a comunidade, pois me arrependo de não ter estudado
	8	Eram bem atendidos, diferente de outras escolas do nível médio, onde foram mal recebidos	Perto de casa
	9	Muitos não podiam ir à porto velho	Por dar continuidade com a educação
	10	Formação dos alunos	Necessidade de escola na comunidade de fácil acesso
RAZ	1	Porque as crianças aprendiam a ler	Arrumar a estrada
	2	Todos aprenderam a ler e escrever	Estudam muitas crianças
	3	Única perto de casa	Não precisa sair para estudar
	4	Próximo de casa	Única por perto para aprender alguma coisa
	5	Para alfabetizar as crianças	Crianças tem que estudar e “tando” perto é bom demais
	6	Proporcionava educação	Muito importante, pois tem muitas crianças
SDO	1	Conseguir desenvolver um pouco por causa da escola	Para ter acesso à leitura
	2	Facilidade de acesso	Não tem escola
	3	Beneficiava os alunos da comunidade	Uma escola aqui seria ótimo. Faria a diferença para crianças e pais
	4	Para mim era ótimo. Porque nossos filhos aprendiam a ser educados	Caso existisse a escola
NVT	1	Não só lá, mas em todos os lugares	Temos medo de perder a escola, o posto. A vila vai virar não sei o que
	2	Tinha qualidade, tudo se resumia à escola	Não teriam como aprender aqui

	3	Muitas pessoas necessitavam da escola. Atendiam outras comunidades	Importante para a continuidade da comunidade
	4	As crianças podiam estudar e aprender	Distância para Porto Velho
	5	Era só ela que tinha ali	As crianças precisam estudar, estar na escola
	6	Lógico, para todas as comunidades a escola é mais importante	Se não tivesse escola aqui teria que ir para a cidade, ou para a vila princesa. Aumentou o número de 30 para 60 alunos
	7	É fundamental e que haja parceria	Só tem ela né
	8	Educação dos filhos	É a única que está tendo papel importante
	9	A escola era pequena, mas tinha escola	Pelo menos as crianças e adolescentes tem essa oportunidade
	10	Única forma de ensinar os nossos filhos	Para os nossos filhos

Quadro 3: Quadro comparativo da importância da antiga e da nova escola.

(conclusão)

PBU	1	Tirava os meninos das ruas, era próximo de nossas casas	Com as crianças na escola, os pais podem trabalhar
	2	Muitas crianças moravam cá perto	Muitos filhos saem para estudar longe, se tivesse aqui perto era melhor
	3	Estudar é importante	Porque é importante estudar
	4	As crianças aprendem muito na escola	As crianças e adolescentes precisam estudar
	5	Tira os meninos das ruas	É preciso para ser alguém na vida
	6	Precisam da escola pra aprender	Para preparar para o trabalho
SRI	1	A escola era ponto chave para a educação	Pelo fato de ensinar a ler e escrever
	2	Os alunos estudavam todos os dias	Os funcionários da escola não se relacionam com a comunidade
	3	Educavam os nossos filhos	Traz a educação
	4	Toda escola tem um papel importante	Toda escola tem que ter, vai do ensino
	5	Hoje as crianças deram continuidade na escola de Jaci	É lá que nossos filhos são educados e a comunidade se reúne

	6	Muito importante	A única que tem nas proximidades
MOR	1	Para ensinar ler e escrever	A aula não é boa e tem ausência de aula
	2	Era importante os filhos dos cidadãos terem a escola	Tem crianças que necessitam de uma escola mais próxima
	3	De suma importância	A educação para as crianças é essencial para a comunidade
	4	Através da escola, tinha união	Ao menos o EJA

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Entende-se, diante dos dados expostos acima que o processo educativo ou de ensino e aprendizagem ficarão comprometidos em razão das limitações técnicas encontradas nas novas escolas. Existem muitas deficiências de recursos humanos qualificados, porque a infraestrutura de transporte não é adequada produzindo ausência destes que deveriam ser os responsáveis por tratar sistematicamente desses processos de pensar, controlar e conduzir a aprendizagem.

Por outro lado, a infraestrutura do transporte escolar não funciona no período chuvoso e por isso prorroga e posterga o início do ano letivo gerando prejuízo no aprendizado [o calendário escolar é o mesmo das escolas urbanas].

Outro ponto relevante, além do atraso no início do ano letivo e da ausência dos professores por falta de transporte, há diminuição da renda familiar porque não se pode escoar a produção, forçam os pais a procurarem escolas fora dos assentamentos, na cidade de Porto Velho e em Distrito mais próximos.

Não foram encontrados documentos oficiais que pudessem nortear a empresa construtora da UHE no que tange a Educação, do nível de cursos que a escola deveria oferecer, acerca do tamanho da escola [aqui entendido como toda a parte física e material] ou seja, os aspectos da Educação ficaram a critério da discricionariedade da empresa construtora. Considerou-se apenas o número de moradores nos antigos assentamentos em idade escolar, de modo que não houve interferência do poder público municipal no que tange a Educação e as políticas públicas que pudessem apontar para as condições físicas e humanas mínimas de qualidade e guiar a implantação das escolas nesses reassentamentos.

5 Conclusão

O papel da educação escolar foi desconsiderado na implementação dos assentamentos. Da mesma forma, não foram considerados pelos empreendedores processos de reconfiguração do espaço social e de reterritorialização, uma vez que os resultados da pesquisa demonstraram que os avanços esperados no tocante a educação escolar não contempla os anseios da população e, não houve melhorias significativas e suficientes em termos da utilização de recursos pedagógicos e didáticos, a ponto de se superar o panorama vivenciado antes deste que presenciam atualmente.

Constatou-se que as consequências da precariedade ou inexistência da educação escolar produziu risco e vulnerabilidade que se traduz na atual condição de não reconfiguração socioterritorial dos reassentamentos. Desta forma, não se evidenciou uma redução dos riscos que os reassentados estão expostos, em função da simples presença da escola, pelo contrário, percebeu-se a decepção destas pessoas com relação a educação escolar e também com as insuficientes condições de vida (econômica, social, ambiental, legal, política, etc.) vem se traduzindo em não aceitação do espaço e negação do território, em função da sensação de não pertencimento encontrada durante a pesquisa de campo.

O ciclo de formação formal levado a cabo nas escolas dos reassentamentos é insuficiente, porque já é precarizado em função das parcas condições da escola, não contempla o mínimo à educação básica de nível médio, não tem infraestrutura capaz de assegurar o pleno funcionamento da Escola. É fato que a presença física da escola em 5 dos 7 reassentamentos foi um avanço, o que por si só, não representa (ao menos não vem representando) a garantia de uma formação suficiente para restabelecer as atividades econômicas, sociais e culturais equivalentes aquelas vivenciadas antes do deslocamento.

Diante da irrelevância dada ao papel socializador da educação, a Educação Escolar desenvolvida nos Reassentamentos não se mostrou capaz de ser uma ferramenta para resgatar a cultura, os hábitos e os costumes, as relações de vizinhança e o compadrio, as relações com a natureza, produzindo um lugar/ambiente desconhecido, negado e, cujas características não se mostram compatíveis com os anseios das pessoas que compunham o antigo território. Desta forma, evidencia-se que as

vulnerabilidades sociais encontradas no novo território, como não ter acesso à educação escolar de qualidade, impôs um risco que, como consequência, vem impossibilitando a reconfiguração socioterritorial.

Referências

ABRAMOVAY, M. et al., **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BERMANN, C. **Energia no Brasil: Para quê? Para quem? Crise e Alternativas para um país sustentável**. São Paulo. Livraria Física, 2002.

BERMANN, C. **Impasses e Controvérsias da Hidreletricidade**. 2007. Disponível em: www.fem.unicamp.br/~seva/ArtCelioBERMANNEstudAvan_ABRIL07.pdf. Acesso em: 08 fev. 2017.

CERNEA, M. **The Economics of Involuntary Resettlement: Questions and challenges**. Whashington, D.C. Wold Bank, 1999.

DURKHEIM, E. Objetividade e identidade na análise da vida social. *In*: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade: Leituras de Introdução à Sociologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Editora JC, 1994.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FEARNSIDE, P. M. **Estado, Energia Elétrica e Meio Ambiente: O caso das Grandes Barragens**. Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal de Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), Rio de Janeiro: 1995.

FEARNSIDE, P. M. **A hidrelétrica de Samuel: lições para as políticas de desenvolvimento energético e ambiental na Amazônia**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA: Manaus, 2004.

FEARNSIDE, P. M. Brazil's Samuel Dam: Lessons for hydroelectric development policy and the environment in Amazonia. **Environmental Management**. 35(1): 1-19, 2005. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/SAMUEL-EM-3-port-2.pdf. Acesso em: 26 de jun. 2018.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia: Impactos Ambientais e Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras**, v. 1. Manaus: Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 2015.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2019.

GOODE, W.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Nacional, 1973.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**. Vol. 11, n. 2, pp. 301-308, Porto Alegre: 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527332009.pdf>. Acesso em: 25 de nov. 2020.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LENHARO, A. **Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

MARTA, J. M. C. **Rondônia: da colonização à integração latino-americana**. Cuiabá: EdUFMT/Edufro, 2018.

MARÔCO, J. **Análise estatística com o SPSS**. 7. ed. Pêro Pinheiro: ReportNumber Análise e Gestão de Informação LDA, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=Ki5gDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=an%C3%A1lise+estat%C3%ADstica+multivariada+aplicada+em+ciencias+sociais&ots=zMuqoGHbeC&sig=BPqm7UucwIqOb2U7zjv5l4sFmXo#v=onepage&q=testes%20param%C3%A9tricos&f=false>. Acesso em: 31 maio. 2022.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia, com uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Claude Lévi-Strauss.** São Paulo: EPU, 1974.

MORET, A. S.; SILVA, L. L. C. E. O Rio Madeira, uma sociedade e a Indústria da Energia: a construção das Usinas Hidrelétricas e os impactos e intervenções na sociedade. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, v. 4, p. 11-31, 2010.

MORET, A.S.; SANTOS, C.M; ANDRADE, R.A.O; SIMÃO, B.P; SILVA, J.C; BARBA, C.H. Expandindo a concepção de atingidos por UHE: Assentamentos Vila Jirau e Vila Penha – Rondônia. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 24, p. 1-17, 2021.

RIBEIRO, A. M.; ANDRADE, L. C.; MORET, A. S. Os estabelecidos e os outsiders da Amazônia: uma reflexão sociológica acerca de um projeto de reassentamento em Rondônia, Brasil. **Revista Territórios & Fronteiras**. Cuiabá, vol. 8, n. 2, 2015.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA (SAE). **Relatório socioambiental 2010.** Porto Velho, 2010. Disponível em: www.santoantonioenergia.com.br. Acesso em: 11 de nov. 2020.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/2/2>. Acesso em: 14 jun. 2018.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** 4. ed. Coleção Polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Autores Associados e Editora Cortez, 1981.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** São Paulo: Autores Associados, 2008.

SEVÁ FILHO, A. O. (Org.). **TENOTÁ-MÕ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu.** São Paulo: International rivers Network, 2005.

SILVA, J. C; MORET, A.S. A Educação Escolar em assentamentos de hidrelétricas: memórias de um povo esquecido. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, p. 37-59, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8764>. Acesso em: 30 de mai. 2022.

SCHUMANN, L. R. M. A. **A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SOUZA, V. A. **Rondônia, uma memória em disputa**. 2011. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2011.

Recebimento em: 16/06/2022.
Aceite em: 30/08/2024.